

A portrait of Malu Montoro, a woman with short, wavy, light-colored hair, smiling. She is wearing a light-colored top, a necklace with large, light-colored beads, and small, round earrings. The background is blurred. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue filter.

Malu Montoro

Um olho na educação,
outro na cidadania


Colégio Santa Cruz
 Congregação de Santa Cruz

A reportagem “Malu Montoro: um olho na educação, outro na cidadania” é parte de uma série mais abrangente, “Santa Cruz de perfil” (de retratos diversos, com padres e educadores – professores e funcionários – da escola), que se propõe a reunir e recuperar a história do Colégio. Esta edição foi redigida por Camilo Vannuchi. Maio de 2022

Malu Montoro

Um olho na educação,
outro na cidadania

Ela já foi irmã de alunos e assistente do Padre Charbonneau. Tornou-se a professora mais jovem do colégio, numa época em que apenas meninos estudavam no Santa. Apresentou à turma autores como Kafka, George Orwell e Herman Hesse e dirigiu o Ensino Médio por quase duas décadas. Ajudou a implementar a educação mista, os Encontros de Jovens e os estágios de Práticas em Cidadania, inclusive a viagem à Amazônia. Hoje, Malu tem cinco netos no Santa (outros dois já se formaram), alimentando uma relação entre sua família e o Colégio que começou muito antes de sua fundação, setenta anos atrás.

Por Camilo Vannuchi



Havia algo de promissor naquele segundo semestre de 1982. Um entusiasmo no ar. Era como se a reinvenção do futuro estivesse prestes a acontecer. “Eu sei que a vida devia ser bem melhor, e será”, dizia uma das canções mais tocadas nas rádios, lançada por Gonzaguinha em maio. Nos jornais e na TV, nenhum assunto merecia tanto espaço quanto a cobertura das eleições que se aproximavam. Nem mesmo o formigueiro humano em que havia se transformado o garimpo de Serra Pelada ou a Guerra das Malvinas, encerrada em junho. Até a “tragédia do Sarriá”, como fora apelidada a derrota do Brasil para a Itália na Copa da Espanha, em julho, havia ficado para trás. É bem verdade que o futebol-arte de Falcão, Sócrates e Zico, treinados por Telê Santana, reunia todas as condições para superar a “squadra azzurra” e avançar para as semifinais, mas três finalizações precisas de Paolo Rossi adiaram por mais de uma década o sonho do tetra. De qualquer modo, ninguém mais tocava no assunto. A pauta, agora, era a eleição.

A expectativa era justificável. Pela primeira vez em duas décadas, a população iria escolher não apenas os próximos ocupantes do Poder Legislativo, mas também os governadores dos Estados. A última eleição direta para governador tinha sido em 1962. Os mesmos militares que deram o golpe em 1964 trataram de extinguir a consulta popular logo em seguida. Para eles, era mais fácil e seguro nomear governadores e prefeitos biônicos, entronizados como se fossem interventores. Até que a pressão da sociedade se tornou insustentável e o presidente-general João Figueiredo se viu obrigado a pôr na rua o bonde da distensão, reabilitando as urnas e preparando o terreno para a abertura.

Para quem tinha menos de 38 anos de idade, aquela seria a primeira oportunidade de votar num governante. A eleição direta para presidente ainda demoraria mais alguns anos, mas eleger o governador já era alguma coisa. Em razão disso, no Colégio Santa Cruz e fora dele, o processo eleitoral mobilizava boa parte do corpo docente e a maioria dos alunos (embora apenas os maiores de 18 anos pudessem votar). A turma do grêmio organizava debates. Estudantes escreviam no jornal-mural, fixado

nas paredes do pátio. Valorizavam-se o diálogo e a livre manifestação do pensamento, enquanto uma lufada de democracia penteava as copas dos ipês e embalava a algazarra nos jardins do Colégio.

Também pela primeira vez desde o golpe de 1964, eleitoras e eleitores poderiam escolher entre meia dúzia de candidatos, encerrando um longo período de bipartidarismo. A Aliança Renovadora Nacional (Arena), legenda de sustentação da ditadura, virou Partido Democrático Social (PDS), enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que exercia a oposição consentida, trocou de nome para PMDB, mantendo a vocação de reunir um amplo espectro de tonalidades ideológicas, da esquerda à direita, desde que compromissadas com a volta da democracia. Outras opções de voto surgiram com o registro de novos partidos, entre eles o PTB de Ivete Vargas, sobrinha do ex-presidente Getúlio Vargas, o PDT de Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-deputado federal recém-chegado do exílio, e o PT de Luiz Inácio da Silva, operário e sindicalista com importante atuação no ABC Paulista. Em 15 de novembro de 1982, esses cinco partidos estariam representados na cédula utilizada em São Paulo, num tempo em que os votos para o Executivo eram assinalados com um xis num pedaço de papel, dobrado e inserido na urna: uma grande caixa lacrada com uma fenda na tampa.

As pesquisas de intenção de voto não tinham o mesmo rigor estatístico das atuais. Mesmo assim, ninguém precisava ser vidente nem cientista político para perceber que Jânio Quadros (PTB), Lula (PT) e Rogê Ferreira (PDT) tinham pouca chance de vitória, embora dispostos a amealhar algum “recall” para as eleições seguintes. De fato, embora nenhum deles tivesse chegado a 15% dos votos, Jânio seria eleito prefeito de São Paulo em 1985 enquanto Lula seria o deputado federal mais votado do Brasil em 1986. Em 1982, no entanto, a disputa para valer se desenhava entre os mesmos dois partidos que, desde o golpe de 1964, oligopolizavam a política nacional: o PMDB de André Franco Montoro e o PDS de Reynaldo de Barros.

Briga de gente grande. Reynaldo de Barros fora nomeado prefeito de São Paulo pelo então governador Paulo Maluf e se desincompatibilizara para concorrer ao Palácio dos Bandeirantes, onde o irmão mais velho, Adhemar de Barros, já governara em duas ocasiões, a primeira delas ainda nos anos 1940. Já Franco Montoro, bacharel em Direito pela USP e licenciado em Filosofia pela Universidade São Bento, tinha sido ministro do Trabalho, duas vezes deputado estadual e três vezes deputado federal. Em 1982, exercia o segundo mandato como senador.

Montoro era um sobrenome muito conhecido no Colégio Santa Cruz. Cinco filhos e uma filha do senador haviam estudado ali. Entre 1955 e 1976, foram vinte e um anos ininterruptos com a presença de pelo menos um Montoro nas listas de chamada. Entre 1955 e 1973, os cinco filhos homens cursaram o Ginásio (equivalente ao atual Ensino Fundamental II) e o Segundo Grau (atual Ensino Médio): André Franco Montoro Filho, Eugênio Augusto Franco Montoro, José Ricardo Franco Montoro, Fernando Antônio Franco Montoro e Paulo Guilherme Franco Montoro. No mesmo ano em que o quinto e último rapaz se formou, em 1973, as matrículas foram estendidas às meninas, de modo que a dinastia Montoro garantiu mais três anos no Colégio. Mônica Franco Montoro, a caçula, integrou a primeira turma mista do Segundo Grau. Entre 1974 e 1976, foi colega dos filhos de alguns dos principais adversários políticos de seu pai, como Paulo Egydio Martins e Olavo Setúbal, respectivamente governador e prefeito de São Paulo. Compartilhavam salas de aula, laboratórios, quadras e jardins, além de um ensino alicerçado na ética e no respeito à alteridade. Imprescindível.

No espaço profícuo e pulsante compreendido entre a Rua Orobó e a Avenida Arruda Botelho, mesmo em tempos de censura e autoritarismos, o pensamento crítico era uma virtude, e a cidadania, um compromisso. Padre Paul-Eugène Charbonneau, vice-diretor geral, publicava livros e artigos sobre drogas ilícitas e sexo na adolescência. Docentes e alunos fumavam – tabaco! – durante as aulas. O professor Amauri Sanches, de Português, recomendava filmes de Godard, Truffaut e Pasolini.

Apoiado em Paulo Freire, um pequeno grupo de estudantes deixava a escola uma vez por semana e ia alfabetizar adultos numa comunidade instalada num campo de exploração de areia na margem direita do Rio Pinheiros, a meio caminho entre o colégio e a gleba onde, anos depois, seria construído o Shopping Villa-Lobos.

Intelectuais perseguidos e ex-presos políticos encontravam algum suporte no Colégio. Seus corredores abrigaram professores que haviam sido cassados em 1964, como Flávio di Giorgi, exonerado da Unesp de São José do Rio Preto. Em 1974, os alunos estranharam quando o professor Luiz Roncari, de Literatura, começou a faltar às aulas. O burburinho foi inevitável. Ele havia sido preso. Em 1975, outro professor, Benauro Roberto de Oliveira, o Beno, de História, também foi preso – desta vez, levado por oficiais do Dops de dentro do Colégio, para espanto de muitos. Ambos apanharam na prisão. Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado cassado Rubens Paiva, desaparecido em 1971, formou-se no Segundo Grau, atual Ensino Médio, em 1976.

Nesse ambiente inevitavelmente politizado – no sentido amplo e suprapartidário do termo –, a eleição de Franco Montoro para o governo do Estado representou uma nova etapa rumo à redemocratização. Em novembro de 1982, já não havia nenhum filho de Montoro matriculado no Colégio. Agora, eram os netos que começavam a chegar. Havia também uma professora de Filosofia, extrovertida e risonha, elegante e assertiva, que acumulava a função de coordenadora do Segundo Grau e tinha o mesmo sobrenome. Era a Malu, a filha mais velha do governador.



Maria Lúcia Franco Montoro cresceu ouvindo falar do Colégio Santa Cruz. O pai era amigo íntimo do cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, arcebispo de São Paulo entre 1944 e 1964, e integrava um grupo de ação católica no qual ajudara a cultivar as sementes da Juventude Universitária Católica, a JUC, e da Pontifícia Universidade

Católica, a PUC. Aos domingos, Montoro costumava receber a visita de intelectuais e religiosos a fim de debater maneiras de viver o Evangelho na prática e atuar na sociedade de modo a superar problemas da realidade brasileira, como a desigualdade econômica, a mortalidade infantil e a evasão escolar.

Pensadores cristãos como Alceu Amoroso Lima e Cândido Mendes frequentavam o grupo. Um dos padres, com acentuado sotaque francês e apenas um ano mais velho que Montoro, era o canadense Lionel Corbeil, superior da Congregação de Santa Cruz no Brasil. Embora conversasse sobre diferentes assuntos, Padre Corbeil tinha um tema preferido, quase uma ideia fixa: o colégio que a congregação havia se comprometido a fundar em São Paulo. Visionário, Corbeil concebera uma escola com pretensões cosmopolitas, movida pela audaciosa missão de formar os filhos da elite – as filhas seriam incluídas anos depois – e prepará-los para serem líderes humanistas, capazes de atuar nas diferentes áreas do conhecimento, sempre em conformidade com os princípios cristãos de solidariedade e de justiça social. Montoro confabulava com os padres sobre o projeto do colégio, discutia possíveis localizações e ajudava a buscar um terreno.

Aos 8 anos, em 1950, Malu ouvia as conversas. Muito antes de pensar em cursar Filosofia, foi tendo os primeiros contatos com a realidade abstrata e o plano das ideias. O pai e seus amigos passavam horas falando de um colégio que nem sequer existia! Aluna do Primário (equivalente ao atual Ensino Fundamental I) na escola Nossa Senhora das Graças, mais tarde conhecida como Gracinha, então instalada na Rua Maranhão, em Higienópolis, Malu tinha três irmãos mais novos e teria outros três nos anos 1950: cinco meninos e uma menina.

— Meus irmãos vão estudar numa escola que ainda não existe — costumava dizer.

Em 1952, a primeira turma do Colégio Santa Cruz foi finalmente formada e as aulas tiveram início num palacete no número 890 da Avenida Higienópolis, emprestado pela Cúria Metropolitana à congregação.

Um ano depois, um terreno de 50 mil metros quadrados foi doado pela Light e começou a receber as primeiras fundações do que viriam a ser os pavilhões do campus do Alto de Pinheiros, inaugurado em 1957.

Dos sete filhos de Montoro, Malu foi a única que não estudou no Colégio, exclusivamente masculino até 1973. Em contrapartida, pôde absorver muito da atmosfera do Santa ao longo de toda a adolescência. Embora cursasse o Ginásio no Des Oiseaux, tradicional escola católica mantida pelas Cônegas de Santo Agostinho na Rua da Consolação, Malu convivia com muitos garotos do Santa, colegas de seus irmãos, e esteve na formatura de todos eles: André Franco Montoro Filho em 1961, Eugênio Augusto em 1963, Paulo Guilherme em 1965... Quando José Ricardo se formou, em 1967, Malu não era somente irmã de aluno. Aos 25 anos, ela já trabalhava na escola, primeiro como assistente do Padre Charbonneau e, a partir do ano seguinte, como professora de Filosofia.

Foi o próprio Charbonneau, padre canadense radicado em São Paulo e vice-diretor do colégio a partir de 1965, quem a convidou. Intelectual perspicaz, à frente de seu tempo, Charbonneau foi autor de uma vasta obra literária e não hesitava em se locomover entre temas espinhosos como Guerra Fria, sexualidade e democracia naqueles rebeldes anos 1960 (*sobre ele, leia o texto “Charbonneau: o boxeador que ensinava a pensar” da série Santa Cruz de Perfil*). Entre 1964 e 1966, recém-formada em Filosofia pela PUC, Malu foi trabalhar na filial brasileira de uma editora alemã, a Herder, que, por coincidência, publicava os livros de Padre Charbonneau no Brasil. Entre suas atribuições estavam a avaliação de originais, a redação dos textos das orelhas dos livros, a divulgação das obras e a organização de noites de autógrafos. Papo vai, papo vem, o padre-educador soube que a jovem editora, filha do então deputado católico, tinha cursado Filosofia e a convidou para ser sua assistente. Ela foi. Corrigia provas, sugeria textos, ajudava a elaborar as questões para que Charbonneau pudesse se dedicar a seus escritos e às palestras que dava em todo o Brasil.

A década de 1960 ainda não havia acabado quando Malu assumiu as

aulas do primeiro e do segundo anos do Segundo Grau. O padre ficaria apenas com as aulas do terceiro ano.

No início, a novata seguia a cartilha proposta por Charbonneau: ensinava lógica e Filosofia da Ciência, enquanto Charbonneau se encarregava de ensinar metafísica para os alunos do terceiro ano, por vezes em dobradinha com Flávio di Giorgi. Não demorou para que Malu comesse a operar mudanças significativas naquele programa. “Fui percebendo que a função da Filosofia no Santa Cruz era ajudar os alunos a se posicionarem”, diz. “Decidi adotar alguns livros que até hoje são extremamente atuais, como ‘Sidarta’, de Herman Hesse, ‘A Metamorfose’, de Kafka, ‘O Apanhador no Campo de Centeio’, de J. D. Salinger, e “1984”, de George Orwell, todos livros que faziam os alunos refletir sobre sua própria condição e sobre o mundo em que vivemos.”

Recém-formada, Malu trabalhava na editora que publicava os livros de Pe. Charbonneau: acabou se tornando sua assistente no Santa.

Em seguida, Malu adotou um texto-base para o curso: o livro “Introdução ao filosofar”, do gaúcho Gerd A. Bornheim – que, em razão do nome, muitos acreditavam se tratar de um autor alemão.

Apoiada em Bornheim, descrevia o despertar para a filosofia – e para a compreensão de si e do mundo – como um percurso em três etapas: o comportamento dogmático, a experiência negativa e a conversão filosófica. “Já nos primeiros tempos, o desafio foi revelar aos meus alunos a postura dogmática que nos caracteriza desde o nascimento e que, infelizmente, permanece em alguns até muito tarde”, Malu contaria, já nos anos 2000. “Encontramos um mundo onde as coisas já foram nomeadas; as verdades, estabelecidas; e os valores, explicitados. Apenas incorporo o que me é dado, pois é confortável e tranquilizador.”

Segundo a professora, é natural que essa espécie de zona de conforto existencial seja questionada, tensionada até um ponto de inflexão. “Num determinado momento, advêm a dúvida, o tédio, a revolta”, dizia. “Tudo que estava repleto de significado desmorona. Eu me afasto do mundo e o questiono. É a hora do confronto, da insegurança.” Na última fase, eclode a síntese, o estalo: “Contudo, a vida é exuberante demais para se contentar com este falso dilema: alienação X contestação. E aí surge a possibilidade de o homem, mais maduro e consciente, assumir o mundo por meio de uma decisão pessoal. É a chamada conversão filosófica, na qual, a partir de conceitos revisitados, tem-se novamente uma relação de aceitação ou de negação do mundo, mas de uma maneira consciente, justificada e assumida.”

Malu fazia sucesso entre os alunos – e não apenas em razão do conteúdo que ensinava. Sobretudo nos primeiros anos, quando Malu era a docente mais jovem da escola e a audiência era estritamente masculina, não foram poucos os garotos de 15 ou 16 anos que se converteram em admiradores. Jovial, bonita, elegante, extrovertida, entrando e saindo do campus ao volante de um descolado cupê Kharmann-Ghia vermelho, parecia uma estrela de TV. De calça comprida, quando as poucas professoras do Ensino Médio, dez ou quinze anos mais velhas, apresentavam-se normalmente em vestidos e guarda-pós, a Malu-mulher do Alto de Pinheiros sintetizava o “zeitgeist”, o espírito de sua época: tempos de emancipação, de cinema novo e tropicália, de contracultura e feminismo.



No início dos anos 1970, sem descuidar do curso de Filosofia, Malu assumiu uma tarefa mais do que especial: preparar o terreno para a chegada das primeiras alunas.

Na época, o ensino misto atendia pelo nome pomposo de “coeducação”, como ainda é conhecido nos países de língua inglesa (*co-ed*

school), e, paulatinamente, lograva desfazer o apartheid entre meninos e meninas que se mantinha havia um século nos colégios católicos de São Paulo – mas não apenas neles. Por muito tempo, as famílias tiveram de se dividir na hora de ir para a escola. Nos anos 1960, o Sion, o Des Oiseaux e o Sacré-Coeur eram alguns dos mais concorridos colégios de meninas. Já os meninos frequentavam o São Bento, o Santo Américo e o São Luís.

Agora, o cenário era outro. Na esteira do feminismo e da revolução sexual, não havia mais espaço para clubes do Bolinha e da Luluzinha. Em 1971, o tradicional Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro recebera as primeiras meninas. Em 1972, o paulistano São Luís, também jesuíta, seguiu o mesmo caminho. Malu e Flávio di Giorgi, do núcleo de Filosofia, entenderam que havia chegado a hora de seguir a mesma inspiração. Tanto insistiram com Padre Corbeil que a proposta vingou. E agora? Como fazer?

Ao longo de 1973, Flávio leu tudo o que encontrou sobre ensino misto. Malu, mais prática, assumiu a tarefa de orientar alunos, professores e pais de alunos a fim de zelar pela boa recepção das meninas. “Muita coisa precisou ser feita, na pedagogia e na infraestrutura”, ela conta. A construção de banheiros e vestiários femininos foi uma das ações. A contratação da primeira inspetora de alunos mulher foi outra. Até a aquisição de absorventes íntimos para socorrer eventuais emergências precisou entrar para a rotina do Colégio. Para o recém-nomeado vice-diretor do Ensino Médio, Luiz Eduardo Magalhães, havia uma preocupação maior do que todas as outras. Antes da mudança, “os meninos iam para a janela a qualquer moça que entrasse pela rua central e assobiavam e quase saltavam lá de cima”, ele contaria anos depois, numa conferência. Temiam-se episódios de assédio, de desrespeito, de exclusão. Outra preocupação, partilhada por muitos pais e alguns professores, era de que o “nível” do ensino despencasse, algo que soa inacreditável quase cinquenta anos depois. Com Luiz Eduardo e Flávio, Malu foi visitar colégios que já praticavam o ensino misto. “Acabou dan-

do tudo certo”, ela lembra. “E ao contrário do que alguns imaginavam, o padrão das aulas até melhorou”.

A primeira turma mista ingressou na primeira série do Ensino Médio em 1974. Ana Inoue, superintendente de Educação e Trabalho na Fundação Itaú Educação e Cultura, foi uma das alunas e lembra que o desequilíbrio de gênero era evidente. “Vieram quatro turmas com 40 rapazes do ginásio, somando 160 meninos, e entraram 80 alunos novos, entre meninos e meninas”, ela diz. Isso significa que, naquele primeiro ano, havia cerca de cinco meninos para cada menina. Mas o segundo e o terceiro ano continuavam exclusivamente masculinos. Em todo o Ensino Médio, portanto, a proporção era de doze para um: cerca de 500 meninos e 40 meninas. Aos poucos, os números foram melhorando. E Malu, alçada ao posto de coordenadora a partir da entrada das meninas, cumpria informalmente os papéis de orientadora e conselheira daquela moçada, uma espécie de aliada da juventude junto à direção e na mediação dos inevitáveis conflitos geracionais.

Também aluno da primeira turma mista, o escritor Marcelo Rubens Paiva cita a professora Malu no livro “Ainda estou aqui”, publicado em 2015. Para melhor descrever a personalidade prática de sua mãe, Eunice, nos anos que sucederam a morte de seu pai, o ex-deputado-federal Rubens Paiva – preso, torturado, assassinado e desaparecido pela ditadura em 1971 –, Marcelo revela ter se apegado muito mais às mães de seus amigos e às professoras do que a Eunice. “Minha mãe deve ter me dado uns quatro beijos na vida”, escreveu. “Me levou duas vezes ao cinema, quando eu era criança, para ver filmes que ela queria ver. (...) Eu passeava mesmo com minhas avós, tias e mães de amigos. Na adolescência, pedi mais conselhos à filósofa e coordenadora do meu colegial, que me recebia na sua sala, Malu Montoro, do que à minha mãe.”

Em conversa para este perfil, Marcelo contou que Malu foi muito solidária com ele e sua família. “Ela me chamava em sua sala com frequência apenas para saber como eu estava, se os colegas estavam

me tratando com respeito, se eu estava à vontade”, disse. Eram tempos espinhosos. Marcelo tinha 11 anos quando testemunhou a prisão do pai, na própria casa, e nunca mais o viu, nem vivo nem morto. Malu tinha a dimensão do quanto seu apoio poderia ser valioso e buscava demonstrar empatia. Em contrapartida, Marcelo encantou-se com a Filosofia – a única disciplina em que tirava “A” – e atribui às leituras daquela época o desenvolvimento da veia literária. “Também me sentia confortável por saber que ela era filha do Montoro, que defendia a redemocratização, mesmo sabendo que os pais de alguns dos meus colegas apoiavam e até financiavam a ditadura que havia matado meu pai”, conta ele. “Acabei me casando com uma filósofa. Um dia encontrei Malu e brinquei que havia sido culpa dela. Para ela ver o tamanho da influência”.



Quando Franco Montoro assumiu o governo, em março de 1983, Malu decidiu deixar a coordenação e se afastar do Santa. Lucy, sua mãe, fora nomeada presidente do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo e logo o transformou no Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, disposta a implementar uma política de ação social mais transformadora e menos assistencialista, nos moldes do que pregava o marido e também o projeto humanista do Colégio. Malu foi trabalhar com ela. O afastamento, no entanto, não foi completo. “Não deixaram”, ela diz. “Continuei indo toda semana para fazer reunião com a equipe de coordenação e virei uma espécie de assessora, além de mãe de alunos.” Felipe, Gabriela e Mariana Montoro Jens concluiriam o Segundo Grau no Colégio entre 1988 e 1995.

Malu também continuou se encontrando com Padre Charbonneau e com os colegas Amauri e Luiz Eduardo. Os quatro costumavam sair para jantar. Frequentavam o “restorante” Il Sogno di Anarello, fundado por um chef italiano que havia sido um dos fundadores do tradicional Gige-tto. O hábito se manteve após a aposentadoria do Amauri. Luiz Eduardo,

Charbonneau e Malu estavam sempre atentos aos guias de restaurantes para saber as novidades. O padre era o mais animado. Toda sexta-feira, logo depois do almoço, ele parava na entrada da sala da Malu, dava uma baforada no cachimbo e indagava: “Qual a programação?” Malu nunca falhava. Pelo menos uma vez por semana, passava para buscar Charbonneau com o marido, o engenheiro Carlos Pedro Jens, e iam juntos para divertidas jornadas gastronômicas.

Nessas ocasiões, falavam de tudo: dos grandes movimentos vividos pela juventude, dos desafios mais prementes, de cinema, de política e dos rumos da escola. Algumas das novidades implementadas no Colégio nos anos 1980 nasceram nesses jantares. Malu achava curiosa a fixação de Charbonneau nesses passeios noturnos. E entendia que a intensa produção intelectual e a assídua participação em palestras e programas de TV exigiam que o padre circulasse, visse gente, conferisse a vida fora do Colégio e ficasse por dentro de tudo.

Ao voltar a frequentar o Colégio em tempo integral, em meados de 1987, Malu encontrou um ambiente em intensa transformação. Padre Charbonneau, seu mentor e amigo, faleceu em setembro daquele ano. Em 1988 – ano de assembleia constituinte, eleições municipais, Ayrton Senna campeão e “quem matou Odete Roitman” –, Malu virou diretora pedagógica e vice-diretora do Segundo Grau, atual Ensino Médio. No ano seguinte, seria convidada a assumir a direção do curso.

A dança das cadeiras foi inevitável. No final de 1988, o então diretor do Ensino Médio, Isame Maeoca, pediu demissão. Ele havia arrendado a cantina do Colégio, gerida por Dona Egle, sua esposa, e abdicou do cargo na direção para evitar conflitos de interesses. Luiz Eduardo, o vice que, pouco a pouco, começava a substituir o septuagenário Padre Corbeil na Direção Geral, indicou Malu para o lugar de Isame. Antes que o ano letivo começasse, Malu pediu à recém-chegada Ana Bruner, sua colega de Primário na Escola Nossa Senhora das Graças, quarenta anos antes, e sua companheira de Juventude Estudantil Católica (JEC), para que assumisse o curso de Filosofia do primeiro ano. “Eu dava aulas no Fernão Dias, uma

escola pública, e fui parar no Santa para dar justamente a disciplina que havia sido do Charbonneau e da Malu”, ela conta. “Acabei assumindo basicamente o curso que ela havia elaborado, com o texto-base e as leituras que ela sugeriu.”



Duas foram as principais incumbências atribuídas à nova diretora do Ensino Médio naquele finalzinho dos anos 1980. Uma delas era garantir que a laicização da Direção Geral, concluída com a aposentadoria de Padre Corbeil em 1993, não acarretasse qualquer prejuízo para a educação humanista e de inspiração católica que sempre pautara a atuação do Colégio, desde a fundação. O segundo tema era a prevenção ao uso de drogas. Padre Charbonneau achava que o Santa deveria ser mais claro em relação a esse assunto. Numa época em que o consumo de drogas ilícitas ainda não era debatido nas famílias nem nas escolas, Charbonneau temia que o Santa Cruz viesse a emitir sinais trocados, conflitantes. O próprio professor tinha sua parcela de culpa nisso. Por falar e escrever com relativa frequência sobre drogas, sempre tratando do tema como uma questão de saúde pública, e não de polícia como faziam outros autores, Charbonneau ajudava a criar a imagem de um colégio moderno, contemporâneo, mas também leniente, o que não correspondia à realidade.

O risco, segundo Malu, era que um dia os professores ou os coordenadores flagrassem alunos usando drogas no colégio e hesitassem em reprimi-los. Advertir? Suspender? Expulsar? Chamar os pais? Era preciso elaborar protocolos e construir um repertório que permitisse a todos os educadores lidar com o problema. Ao mesmo tempo, diante de evidências – empíricas ou noticiadas nos jornais – de que o consumo de entorpecentes avançava na elite paulistana, inclusive entre alunos, os educadores consideravam cada vez mais urgente que o Colégio entrasse no tema, dividindo com as famílias a responsabilidade de orientar as novas gerações também em relação às drogas.

Entre 1985 e 1986, o mesmo quarteto que frequentava o “ristorante” Il Sogno di Anarello se encarregou de encetar as primeiras ações nessa área. Amauri conduziu uma ampla pesquisa sobre drogas, encomendada pelo Colégio. Charbonneau fez contato com o psiquiatra francês Claude Olievenstein, pioneiro nos estudos das diferentes formas de dependência química, e aproveitou uma vinda dele ao Brasil para promover um seminário com ele na escola. Por iniciativa de Luiz Eduardo, os textos de Olievenstein passaram a circular pela equipe de coordenação e pela orientação pedagógica.

Em meados de 1989, Malu já era a diretora do Ensino Médio quando uma jovem professora de escola pública e ex-vereadora em Cotia a procurou para apresentar um projeto de prevenção de uso de drogas na adolescência que havia elaborado com um grupo de pesquisa da Faculdade de Psicologia da USP. Seu nome era Gilda Pompéia. Em setembro, o projeto foi apresentado a todos os professores e, em dezembro, Malu a contratou com duas missões: participar da construção de um programa de prevenção de drogas no Colégio e substituir o professor Flávio di Giorgi nas aulas de Filosofia a partir do ano seguinte. “Substituir o Flávio, imagina”, ela tentou se esquivar. Acabou ficando. Seu curso, ao longo da década de 1990, foi pródigo em apresentar aos alunos do segundo ano o bê-á-bá de cada substância, sua origem, seus usos e efeitos psicotrópicos, bem como as formas de dependência e os problemas que causavam – físicos, psíquicos ou sociais.

Na segunda metade dos anos 1990, a experiência do Colégio Santa Cruz na prevenção ao uso de drogas na adolescência levou Malu e Gilda a integrarem o Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen), vinculado à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado, quando o advogado Belisario dos Santos Jr. era o titular da pasta. Na mesma época, o ex-aluno e psicólogo José Ernesto Bologna passou a prestar consultoria ao Colégio, ajudando a alicerçar uma atuação cada vez mais robusta da direção e do corpo docente na condução do problema. “Entendemos que não é nosso papel punir ninguém por usar drogas,

mas sim quando há porte, uso ou comércio dentro do espaço do Colégio”, diz Malu. “Mais importante do que isso, no entanto, é contribuir para esclarecer e orientar, sempre com embasamento científico e em sinergia com as famílias.”

Em relação à educação humanista e à tradição católica do Colégio, Malu firmou-se como uma importante aliada da ação pastoral e, muito provavelmente, a principal interlocutora, no âmbito da direção, para assuntos relacionados à religião e à espiritualidade. Passou a organizar as missas e as celebrações religiosas em datas como a Páscoa e o Natal, sempre em diálogo com Padre Filinto, animador espiritual do Colégio a partir de 1986, e foi avançando em outras iniciativas. “Logo que assumiu a direção, ela quis retomar o curso de crisma, que o Santa havia deixado de oferecer, e me chamou”, conta a professora Renata Cataldi, que mais tarde ocuparia a coordenação da Pastoral Social. “Montei um programa que incluía aulas com Flávio di Giorgi, Padre Corbeil e Padre Lourenço. Tivemos 106 alunos inscritos no primeiro ano, tamanha a demanda reprimida.”

A experiência do Colégio na prevenção ao uso de drogas levou Malu a integrar o Conselho Estadual de Entorpecentes nos anos 1990.

Outra proposta de Malu que logo viraria uma marca do Colégio foi o Encontro de Jovens. Já em 1987, seu filho Felipe participou de um encontro de jovens realizado em outro colégio e voltou impactado, com a emoção à flor da pele, contando um pouco do que acontecia lá. Malu não se conformava ao ver alunos do Santa irem fazer uma atividade como aquela fora da escola. Por que não criar um Encontro de Jovens do Santa, para alunos do Santa, no espaço do Santa e com a cara do Santa? Chamou Kátia Grieco, então orientadora pedagógica dos três

anos do Ensino Médio, e desenhou com ela os pilares do que seria o novo Encontro.

Uma vez por ano, durante um fim de semana, alunos e alunas eram convidados a ficar no Colégio e participar de uma maratona de atividades, algumas teóricas, outras místicas, que inevitavelmente induziam cada indivíduo a pensar em suas vidas, nas relações com o outro, nas crises e questões existenciais prementes, sempre a partir de uma abordagem que não chegava a ser religiosa, mas substancialmente espiritual, conduzida por ex-alunos e ex-alunas que, anos antes, haviam frequentado os encontros enquanto estudavam no Colégio. “Os encontros nos permitiam tratar de aspectos que não podiam ser abordados em sala de aula, nos programas das disciplinas ou por meio do intelecto”, lembra Kátia. Embora nunca tenham sido uma atividade curricular obrigatória para todos os alunos, esses encontros impactavam de forma muito positiva a maior parte dos adolescentes que participavam deles. Ouviam tudo, absorviam cada fala e cada gesto, e era sempre algo intenso, capaz de construir vínculos duradouros e uma sensação de pertencimento muito oportuna para quem tem 16 ou 17 anos, com seus sonhos e suas angústias, e se aproxima do momento de se formar e deixar o Colégio.

Para 2022, o calendário do Colégio prevê a realização do 33º Encontro de Jovens, após dois anos de interrupção forçada em razão da pandemia de covid. O autor deste texto participou de nove deles: esteve em um como aluno e em outros oito como monitor, entre 1996 e 2005.



Malu permaneceu por duas décadas na direção do Ensino Médio, até dezembro de 2007, quando começou a preparar a própria aposentadoria, aos 65 anos. Anos antes, pouco depois de completar 60, ela já havia manifestado seu desejo de se afastar da direção aos 65. Em razão disso, acabou estabelecendo com Luiz Eduardo – seu grande amigo e confidente, com quem trocava figurinhas diariamente (*leia mais sobre*

ele na publicação “Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães: o educador que inventou o futuro”, da série Santa Cruz de Perfil) – uma dinâmica que lhe permitiria deixar o Colégio aos poucos, ao mesmo tempo em que ajudaria a preparar a sucessão na Direção Geral.

O esquema proposto pelo amigo não tinha nada de extraordinário, mas se mostrou bastante funcional. Luiz Eduardo havia escolhido o vice Fábio Aidar, ex-aluno e professor de Física no Colégio, como seu sucessor. Antes de encarar a Direção Geral, no entanto, Fábio receberia muitas dicas da Malu, e a renderia na direção do Ensino Médio logo após sua saída, a fim de ampliar sua experiência num posto de comando. “Por dois anos, entre 2006 e 2007, ela vinha à minha sala e me orientava”, conta Fábio. “Contava, com orgulho, suas conquistas; me falava, com sinceridade, o que não tinha conseguido realizar, me deixando como tarefa.” Em 2008, Malu finalmente esvaziou as gavetas e migrou para uma sala no mezanino do prédio do teatro, resguardada do furdunço juvenil, onde atuaria por mais cinco anos, como assessora da Direção Geral, até deixar de vez as atividades no Colégio em 2012, aos 70 anos. Nesse período, ainda encontrou disposição para integrar o Conselho Estadual de Educação, por dois mandatos (de três anos cada), representando o Colégio Santa Cruz e trazendo importantes contribuições para a educação paulista. E não deixou de entrar na sala da direção para dar conselhos ao novo diretor. “Sempre bem-humorada, ela sabia que a direção agora estava em outras mãos e repetia: ‘eu sei que agora a decisão é sua, mas se fosse eu...’”, ele lembra.

Educadores e funcionários administrativos que conviveram com a diretora Malu nos anos 1990 e 2000 chamam atenção para a maneira solidária e participativa com que ela conduzia o curso. Lembram-se de uma colega amorosa, incapaz de ficar encastelada em sua sala – a primeira à direita para quem irrompia da cantina rumo às salas de coordenação, deixando a secretaria do Ensino Médio à sua esquerda. Preferia zanzar pelo corredor, e entrar nas salas vizinhas para puxar papo, frequentar a sala dos professores nos intervalos. Perguntava dos filhos, das roupas,

das férias. Sua postura contrastava com o comportamento do Diretor Geral, Luiz Eduardo Magalhães, mais discreto e menos afeito ao papo de corredor. Preferia se trancar em sua sala e chamar os interlocutores um a um. Malu, ao contrário, estava em todos os lugares.

Malu introduziu reuniões semanais com a equipe de coordenação: ouvia, considerava outros pontos de vista e, por fim, delegava.

Extrovertida, sempre agitada, falava alto, entusiasmada com todo mundo. Talvez porque a política corresse em suas veias, mostrava-se sempre empática, brincalhona e educada, mas rigorosa: senhora de si e de suas convicções. Malu introduziu reuniões semanais com a equipe de coordenação. Nessas ocasiões, ouvia, absorvia, considerava outros pontos de vista, perguntava. Em seguida, delegava. Brincava que aquela era uma gestão descentralizada e participativa, como a que o pai se propusera a montar no governo, anos antes. Neste sentido, não tinha medo de ousar. Ao formar equipes, valorizava a pluralidade de estilos e perfis, sobretudo por entender os benefícios do convívio dos alunos com uma professora mais velha e formal, outra mais jovem e espontânea; um professor mais engraçado, outro que se emocionava até as lágrimas ao recitar um poema em grego. A professora que deixava um terço da turma de recuperação e o professor que subia nas mesas e fazia performances nas aulas. Malu também entendia que cada professor era soberano em seu quadrado. Prezava pelo diálogo, pela coalizão, jamais pela imposição. Liberdade, cordialidade e respeito.

Malu era também muito transparente. Era a mesma Malu quando se reunia com uma mãe de aluno, um banqueiro, um padre da congregação ou um professor de Matemática. Com o tempo, aprendeu a delegar também os atendimentos aos pais. Não se furtava a recebê-los,

é claro, mas somente na condição de segunda instância, depois que eles tivessem sido recebidos pela orientadora ou pela coordenadora da turma do filho. Era sempre respeitada. Recebia com atenção as críticas e as sugestões, mas sabia como ninguém explicar cada escolha pedagógica e mostrar que a excelência do ensino praticado naquelas salas não havia sido conquistada de um dia para o outro – tampouco mudaria somente para atender à reivindicação de algum familiar ou à contestação de algum aluno. “Os professores eram muito respeitados em sua autonomia e havia certa blindagem”, lembra Ina Nunes, que entrou como orientadora no final dos anos 1990 e hoje dirige o Ensino Médio. Segundo ela, a mediação com as famílias era sempre feita pelas orientadoras, algo que o Colégio ainda busca preservar. “Uma vantagem da Malu é que ela exercia uma autoridade natural como porta-voz do Colégio, por sua história e pelos valores que ela representava, e sabia usar essa autoridade junto às famílias. Ninguém melhor do que ela para traduzir a cultura da escola”, acrescenta.

Suzana Granato, que foi sua aluna em 1974 e lecionou biologia no Colégio por muitos anos, lembra de ir a festas de fim de ano num sítio da Malu, em Itapecerica da Serra. “Ela sempre gostou de conviver com os professores, de receber e celebrar com cada um”, diz. Para Patrícia Mortara, que foi orientadora pedagógica do terceiro ano por mais de duas décadas, Malu sempre valorizou o que se convencionou chamar de “clima da organização”: propunha almoços e atividades para facilitar a integração do corpo docente, sabia aproveitar as habilidades e as paixões de cada um. “Ela tinha uma identidade muito forte com a marca ‘Santa Cruz’”, diz. “Era reconhecida em todos os lugares, por uma multidão de ex-alunos e de pais, e falava sobre os princípios que norteavam o projeto pedagógico com muita naturalidade, com o lugar de fala de quem havia participado da elaboração desses princípios.”

Em sua última fase na direção do Ensino Médio, estava envolvida com a criação do que é hoje a disciplina eletiva de Práticas em Cidadania, interessada na proposta de viabilizar estágios de alunas e alunos

em organizações não governamentais. Também participava com entusiasmo da reformulação dos projetos de ação social, cada vez mais distantes do antigo modelo assistencial e mais voltados à construção de políticas públicas inclusivas e de superação das diversas situações de vulnerabilidade.

Foi ainda uma das responsáveis, junto com Luiz Eduardo, pela iniciativa de estender ao Ensino Médio a tradição dos estudos do meio, enraizada no Ensino Fundamental, e propor o que acabou se tornando uma nova marca do Colégio: a viagem da turma do primeiro ano à Amazônia. Não uma viagem convencional, do tipo que é possível encontrar nos catálogos das operadoras de turismo, mas um roteiro diverso e potente, que possibilitaria aos alunos e às alunas experiências imersivas na floresta mais impactante do continente, como o contato com comunidades indígenas e populações ribeirinhas, ou o aprendizado de passar uma noite dormindo em redes, num barco sem conforto e com apenas um banheiro num dos muitos rios da região. “O que nos inspira desde o início é proporcionar o contato dos estudantes com um universo completamente diferente do deles, não somente para que possam conhecer melhor a complexidade e as desigualdades do mundo, mas também como uma forma de estender a eles instrumentos que lhes permitam se colocar como agentes transformadores da realidade”, diz a professora Gilda Pompéia, que é uma das coordenadoras de Práticas em Cidadania.

Hoje, a viagem para a Amazônia vale créditos para duas disciplinas: Meio Ambiente, do 1º ano, e Práticas em Cidadania, do 2º ano. Em ambos os cursos, há outras opções de viagens, com propostas mais ou menos semelhantes, como as visitas à Chapada dos Veadeiros (GO) e a Abrolhos (BA), no 1º ano, e os estágios no quilombo Ivaporunduva, no Alto Ribeira, nos Lençóis Maranhenses ou numa aldeia Xavante no Xingu, no 2º.

Aos 80 anos, Malu mora com o marido num apartamento de 160 metros quadrados no segundo andar de um edifício de alto padrão, vizinho do Shopping Villa-Lobos, a 450 metros do portão principal do Colégio. Se morasse alguns andares acima, poderia ver da janela o campo de futebol, o teatro, o ginásio de esportes, o pavilhão do Ensino Médio e a nova biblioteca.

No início da pandemia, Malu reuniu um grupo de mulheres em seu apartamento. Juntas, compraram tecidos e confeccionaram centenas de máscaras para doar à população do Jaguaré, onde a Congregação de Santa Cruz mantém uma paróquia e desenvolve trabalhos de promoção social há mais de meio século.

Após dois anos de reclusão involuntária, Malu está entusiasmada com um curso presencial de cinema, ministrado por uma ex-aluna do Santa, a jornalista Suzana Vidigal. Ela diz que se diverte com o fato de voltar a fazer lição de casa. No início de abril de 2022, sua tarefa era assistir ao filme irlandês “Belfast”, de Kenneth Branagh, para debater com a classe. Na trama, de inspiração autobiográfica e gravada predominantemente em preto e branco, um garoto de 9 anos cresce em meio a conflitos religiosos e lutas de classes na Irlanda do Norte dos anos 1960.

Malu tem hoje cinco netos no Santa. Outros dois já se formaram e estão na faculdade. Passados quarenta anos desde a simbólica eleição de 1982 e setenta anos desde a fundação do Colégio, são os nomes dos bisnetos do ex-governador Franco Montoro que povoam as listas de chamada. Uma vez, atendendo a uma provocação de um ex-aluno, Fábio Aidar pediu à equipe da secretaria que pesquisasse qual família era a mais numerosa entre alunos e ex-alunos do Santa. Deu Montoro na cabeça, com trinta e oito matriculados ao longo de sete décadas: seis filhos, dois sobrinhos, dezessete netos e treze bisnetos do ex-governador. E a lista não deve fechar tão cedo.



Série “Santa Cruz de perfil”

Malu Montoro: um olho na educação,
outro na cidadania

Projeto Editorial

Alejandro Miguelez
Fábio Marinho Aidar

Projeto Gráfico e diagramação

Caracol Design

Redação

Camilo Vannuchi

Revisão

Tainá Zaine Sandroni

Foto de capa

Arquivo familiar

Impressão

Aildo Carlos Oliveira Santos
Fredson Ribeiro de Sousa

Para a elaboração deste perfil, foram entrevistadas e entrevistados Ana Bruner, Ana Inoue, Eneida de Toledo Pereira, Fabio Aidar, Flávio Facca, Gilda Pompeia, Ina Nunes, Kátia Grieco, Malu Montoro, Marcelo Rubens Paiva, Patrícia Mortara, Renata Cataldi e Suzana Granato.

Série “Santa Cruz de Perfil”

Edições publicadas

Padre José Amaral de Almeida Prado

Sacerdote da esperança, educador de minúcias
(setembro de 2015)

Padre Roberto Grandmaison

Fermento na massa
(setembro de 2016)

Padre Paul-Eugène Charbonneau

O boxeador que ensinava a pensar
(setembro de 2017)

Padre Lourenço Roberge

Razão, fé e sensibilidade
(setembro de 2018)

Padre Lionel Corbeil

Pragmático sonhador
(novembro de 2019)

Prof. Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães

O educador que inventou o futuro
(dezembro de 2020)

Profa. Lucy Sayão Wendel

Química do caráter, pedagogia da persistência
(junho de 2021)

Wagner Pittelkow

O multiplicador de memórias
(setembro de 2021)

Sylvio Nepomuceno

O matemático à procura de uma onça
(dezembro de 2021)